



ATA N.º 2385

1 Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de Dois Mil e Nove reuniram-se em caráter **ordinário**,
2 às dezoito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do sexto pavimento das Secretarias de Obras e
3 Viação e do Planejamento Municipal, nesta capital, os seguintes Conselheiros do Conselho Municipal
4 de Desenvolvimento Urbano e Ambiental: **Helena Cristina Borges**, titular da Região de planejamento
5 Três e presidindo a Reunião; **Rômulo Krafta**, primeiro suplente da Universidade Federal do Rio
6 Grande do Sul; **Rogério G de Los Santos**, primeiro suplente do Departamento Municipal de
7 Habitação; **Júlio Miranda**, titular da Empresa Pública de Transportes e Circulação; **Rosane Zottis**
8 **Almeida**, titular do gabinete do Prefeito; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente da Secretaria do
9 Planejamento Municipal; **René de Souza**, primeiro suplente da Secretaria Municipal de Gestão e
10 Acompanhamento Estratégico; **Maria Cristina Cademartori**, segunda suplente, e **Gilmara Muller**,
11 segunda suplente da Secretaria Municipal de Obras e Viação; **Cibeli Silva do Carmo**, titular da
12 Secretaria Municipal do Meio Ambiente; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da Associação
13 Brasileira de Escritórios de Arquitetura; **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação Gaúcha dos
14 advogados de Direito Imobiliário Empresarial; **Analino Zorzi**, titular do Conselho Internacional de
15 Monumentos e Sítios; **Jaime Rodrigues**, primeiro suplente do Instituto de Planejamento e Estudos
16 Socioambientais; José Luiz Domingues, titular da Ordem dos Advogados do Brasil; **Sérgio Koren**,
17 segundo suplente do Sindicato da Indústria da Construção Civil; **Alexandre Cohen**, primeiro suplente
18 do Sindicato dos Corretores de Imóveis; **Jorge Larré**, segundo suplente do Sindicato dos
19 Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre; **Alan Cristian Tabile Furlan**, titular
20 da Região de Planejamento Um; **Márcia Bica**, titular da Região de Planejamento Dois; **Ana Paula**
21 **Borges Alves**, primeira suplente da Região de Planejamento Três; **Luiz Filipe Correia de Oliveira**,
22 segundo suplente da Região de Planejamento Quatro; **Nestor Nadruz**, titular da Região de
23 Planejamento Seis; **Eduíno Mattos**, titular da Região de Planejamento Sete; **Leonite Ana Gheno**,
24 titular, **Heverson da Cunha**, primeiro suplente e **Rachel Golubcik**, segunda suplente da Região de
25 Planejamento Oito e **Ana Paula Tomasi**, secretária executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** fez
26 a abertura da sessão. Questionou se havia alguma retificação à última ata e não foram sugeridas
27 alterações. A mesma foi colocada em votação e foi aprovada por treze votos favoráveis, nenhum voto
28 contrário e quatro abstenções. **Presidente** deu início às **comunicações**. Conselheiro **Heverson** falou
29 sobre o decreto que criou Comissão de Avaliação e Análise do DHP - Demandas de Habitação
30 Prioritárias, o qual determina diversas atribuições, mas ratificou que o mesmo não extinguiu as
31 legislação anteriores sobre o assunto, as quais prevêem recursos a serem aplicados em Escolas,
32 Postos de Saúde e Postos de Segurança Pública. Disse que tais recursos devem ir à Secretaria da
33 Fazenda, esta que deve enviar a cada semestre à SPM, para a apreciação no Conselho, fato que não
34 viu ocorrer durante os dois anos em que se faz presente no Conselho. Questionou essa questão e
35 informou que já o formalizou junto a SPM. Conselheira **Rachel Golubcik** questionou a existência de
36 inúmeros edifícios na RP 8, tendo em vista o fato de há muito ter sido deliberado pelo Conselho e por
37 iniciativa do Vereador Comasseto, que não seria assim permitido. Questionou a força que têm as
38 deliberações do Conselho e defendeu a necessidade de preservação das entradas da cidade.
39 Questionou ainda os valores arrecadados com o Solo Criado e falou sobre comemoração natalina que
40 está sendo organizada pela RP 8, convidando todos a participarem. Conselheiro **Jaime** ratificou a
41 necessidade de que a EPTC tome providências quanto à parada de ônibus arrancada pelos
42 vendavais, esta situada a Rua Washington Luiz, em frente à sede da OAB. A mesa esclareceu que já
43 foi enviado ofício para a tomada de providências. Conselheiro **Nadruz** falou sobre o processo eleitoral
44 ocorrido da RP 6, parabenizando o trabalho da organização feita pela Prefeitura. Disse que se sentia
45 satisfeito com o resultado, o qual contou com a vitória dos seus candidatos – estes que se mostram
46 dispostos a serem atuantes. Disse que as eleições foram tranquilas. Conselheira **Rosane** respondeu
47 ao questionamento sobre o decreto referido pelo Conselheiro Heverson, dizendo que a legislação
48 anterior sobre DHP continua em vigor. Sobre o questionamento da Conselheira **Raquel**, disse que o
49 Plano Diretor permite que haja edifícios na RP 8, mas que se existir intenção de limitar as alturas na
50 região, esse encaminhamento pode ser feito junto à Câmara. Conselheiro **Nadruz** se dirigiu à mesa e
51 informou que pediria vistas ao processo número 001.026650.09.6, com apreciação prevista para a
52 próxima reunião e de relatoria da METROPLAN. Colega **Eunice** falou sobre as reuniões preparativas
53 para a Quarta Conferência Municipal das Cidades, informando que até o dia seguinte o Conselho
54 poderia eleger dois representantes pra representá-lo nas mesmas. Informou data e hora da próxima



ATA N.º 2385

1 reunião. Conselheiro **Jaime** se disponibilizou a participar e Conselheiro **Heverson** a ser o suplente.
2 Não havendo outros candidatos ou manifestação contrária, ficou assim deliberada a representação do
3 CMDUA junto às reuniões preparativas à Conferência Municipal das Cidades. **Presidente** deu início à
4 Ordem do Dia: Explicação sobre a regulamentação da Lei Cinco Nove Nove, referente à
5 regularização de Imóveis. Conselheira **Cristina** falou sobre a lei e sobre o entendimento da SMOV em
6 relação. Deu detalhes e entre outras coisas disse que a lei simplesmente remete pra a aplicação da
7 legislação vigente - para as regularizações. Explicou os procedimentos necessários para a mesma se
8 dar junto à Prefeitura e falou sobre as multas aplicáveis. Conselheiro **Alan** questionou se o diferencial
9 de legislação apreciada estaria justamente na aplicabilidade de multas. Conselheira **Cristina**
10 confirmou. Conselheiro **Alan** solicitou orientação sobre procedimento para a regularização de prédio
11 no centro, exemplificando o que ocorre em muitos outros casos - onde houve aprovação equivocada
12 do projeto, anterior às vigências dos Planos Diretores da cidade. Conselheira **Cristina** esclareceu,
13 mas explicou que o mesmo se referia a caso específico. Conselheira **Cibeli** questionou o significado
14 dos artigos quatro e dois. Conselheira **Cristina** esclareceu que o requerente deve regularizar ou pagar
15 uma multa equivalente a cinquenta por cento do valor que gastaria com a regularização. Deu outros
16 detalhes. Conselheiro **Zorzi** opinou que a lei analisada possibilitava que as pessoas com mais
17 recursos tivessem os seus imóveis regularizados, enquanto os pobres não. Questionou qual seria a
18 sua função. Conselheira **Márcia** disse que vem acompanhando a lei apreciada desde o seu início,
19 falou sobre o seu processo e questionou sobre as possibilidades de sua aplicação. Conselheira
20 **Cristina** esclareceu e falou também sobre os excessos de construções na cidade e a relação destes
21 com o processo de compra de índices. Falou sobre intenção inicial da SMOV de criar lei de
22 regularização e sobre a paralização desse processo. Conselheiro **Eduíno** se referiu ao artigo segundo
23 e disse que a leitura dos itens dois e três já permite perceber que há limitação das possibilidades de
24 regularização. Conselheira **Márcia** disse que segundo o colega Jairo, da SMOV, quarenta por cento
25 das construções da cidade são irregulares. Seguiram-se as discussões. Conselheiro **Breno** opinou
26 que o tema seja delicado, e que há aqueles que opinam que permitir as regularizações seria uma
27 forma de perdoar e incentivar edificações irregulares. Por outro lado, opinou que seja importante
28 refletir sobre os motivos de tantas edificações irregulares na cidade. Conselheiro **Jaime** atribuiu ao
29 êxodo rural ocorrido na década de sessenta, em que a Prefeitura não deu o suporte necessário às
30 novas demandas. Conselheiro **Jorge** questionou postura da SMOV quanto a edificações inacabadas e
31 abandonadas, exemplificando o caso de dois edifícios na região da esquina entre Protásio Alves com
32 a Avenida do Forte. Questionou a Prefeitura permite que as obras simplesmente parem, se existe
33 multa ou algum tipo de acompanhamento. Conselheira **Cristina** disse que não existe o
34 acompanhamento de uma obra por parte da SMOV. Secretário do Planejamento, **Márcio Bins Ely**,
35 compareceu à sessão e assumiu a presidência. **Presidente** justificou a falta do novo aparelho de som
36 na reunião. Conselheira **Helena** falou sobre situação existente em prédio na Avenida Julio de
37 Castilhos, onde se instaurou o que chamou de favela, em função de ocupação de parte superior do
38 prédio. Disse que é um dos muitos casos de prédios abandonados os quais são ocupados por
39 moradores de rua. Conselheiro **Eduíno** exemplificou o caso da Galeria do Rosário. Conselheira
40 **Helena** questionou o que a SMOV tem a fazer em relação a esse fato. Conselheira **Cristina** disse que
41 a SMOV embarga uma obra quando existe risco, exigindo laudos de estabilidade. Disse que sendo
42 assim a Secretaria inicia um processo, mas que o poder de execução, ou de mandar executar uma
43 demolição, por exemplo, depende de ação conjunta com a PGM e outras Secretarias. Conselheira
44 **Rosane** informou que existe iniciativa junto ao Gabinete do Prefeito, de recuperação de carcaça de
45 edifício de quinze andares no centro. Disse que a PGM está estudando possibilidades de ação.
46 Conselheira **Helena** falou sobre o fato de a SMOV não contar com um sistema de fiscalização
47 autônoma, a não ser como resultado de denúncias, e questionou como ocorre o procedimento para se
48 denunciar construções irregulares. Conselheira **Cristina** respondeu que se dá junto à Divisão de
49 Edificações, em que a SMOV tenta contato com o proprietário. Conselheira **Helena** questionou se
50 existe procedimento quanto à segurança social. Conselheira **Cristina** disse que não. Não havendo
51 outras manifestações, **Presidente** agradeceu os esclarecimentos prestados pela Conselheira **Cristina**
52 e disse que com a essa reunião de temas diversos o CMDUA atente o previsto pelo Regimento
53 Interno, restando apenas uma reunião para finalizar o cronograma previsto. Falou sobre as eleições
54 das Regiões de Planejamento, as quais foram concluídas no dia anterior e apresentou alguns



ATA N.º 2385

1 resultados, como a quantidade de credenciados e votantes em cada região, assim como os
2 respectivos nomes dos conselheiros e quantidade de delegados eleitos. Colega **Eunice** falou sobre as
3 diferenças nos resultados observadas em relação aos processos eleitorais desde o ano de dois mil e
4 cinco. Falou que houve aumento na participação. Disse que foi entregue questionário aos delegados,
5 e que o resultado orientará a preparação de cursos a serem oferecidos pela Prefeitura. **Presidente**
6 falou que está sendo organizado ato pra a diplomação dos eleitos. Conselheiro **Heverson** falou sobre
7 a falta de conhecimento técnico que em geral possuem os representantes das Regiões de
8 Planejamento e da importância de terem segurança no entendimento sobre termos utilizados e temas
9 apreciados no conselho. Solicitou paciência aos demais quando receberem os novos representantes.
10 Falou também sobre a importância de que o Governo se faça presente nas reuniões nas Regiões,
11 citando o constrangimento gerado quando se espera pelas Secretarias e estas não comparecem.
12 Conselheiro **Eduíno** parabenizou o Secretário e equipe da Prefeitura pelo trabalho de qualidade
13 realizado nas eleições. Falou sobre a possibilidade de as eleições se darem através do título de
14 eleitor. Opinou que poderiam ser otimizadas e que incentivaria a participação. Conselheira **Leonite**
15 questionou o motivo de o Loteamento Parque Agrícola Albion ainda não ser reconhecidos por todas as
16 esferas do governo como pertencente ao Bairro Ponta Grossa. Exemplificou que DEP, DMAE, SMOV,
17 Correios e IBGE ainda enviam correspondência considerando o local como Bairro Belém Novo, apesar
18 de a alteração já ter sido aprovada na Câmara, homologada pelo Prefeito e publicada no Diário Oficial.
19 **Presidente** informou que já está em andamento a criação de Grupo de Trabalho para tratar da
20 questão dos bairros da cidade, mas lembrou que é um processo complexo que exigirá debates.
21 Colega **Eunice**, à respeito do processo eleitoral, apesar das dificuldades foi possível atingir o objetivo
22 de aumentar o número de eleitores. Falou das dificuldades em se fazer as eleições via TRE, entre
23 estas a exigência de residência no bairro. **Presidente** falou sobre os entendimentos do TRE e das
24 dificuldades em se mudar esse processo, tendo em vista que a divisão da cidade utilizada pelo TRE
25 não está nos moldes do Plano Diretor. Conselheiro **Alan** disse que o TRE trabalha também por
26 bairros, opinando que existe a possibilidade de se pensar nessa proposta. Conselheira **Helena** disse
27 que existe a necessidade de cursos para os novos conselheiros que virão. Falou da importância que
28 representaram os mais de vinte cursos dos quais pôde participar, estes que deram a ela
29 embasamento para a apreciação de processos. Opinou que os cursos devessem ser oferecidos fora
30 do horário comercial. **Presidente** ainda falou sobre o processo de revisão do Plano Diretor. Disse que
31 está em andamento na **Câmara**, que estão sendo analisadas mais de quatrocentas emendas e que
32 tudo indica que será possível concluir ainda neste ano. Às vinte horas e dez minutos foram encerrados
33 os trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental pelo Presidente. Eu,
34 **Ana Paula Tomasi**, assino e lavro, juntamente com o Presidente, a presente ata.

35
36
37
38
39
40
41
42
43 _____
44 Ana Paula Tomasi
45 **Secretária Executiva**

46 _____
47 Helena Cristina Borges

Márcio Bins Ely
Presidentes